

MERCADO INTERNO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ARY BOUZAN

“O planejamento não significa mera coleção de projetos ou esquemas, mas uma atitude refletida com vistas ao fortalecimento da base e do ritmo de progresso para que a comunidade avance em tôdas as frentes.”

JAWAHARLAL NEHRU

Para que um país de economia subdesenvolvida possa iniciar seu processo de crescimento econômico é preciso que, além de medidas conducentes ao aproveitamento efetivo de seus recursos, disponha de elementos ativos que sejam capazes de alimentar e acelerar o complexo de atividades que caracterizam a fase inicial desse processo. Nos países de estrutura econômica capitalista, tais centros propulsores são representados pelo mercado internacional e pelo mercado interno.

A despeito da sua grande importância, o mercado internacional tem capacidade limitada de atender às necessidades de crescimento de boa parte dos países subdesenvolvidos, já que estes, no mais das vezes, são exportadores de matérias-primas ou de produtos agrícolas, cujas demandas se têm revelado bastante inelásticas nos mercados alienígenas. Impossibilitados de colocar quantidades crescentes de seus produtos e tendo, não raro, a relação internacional de preços evoluindo contra si, passam a ter suas receitas cambiais seriamente comprometidas. Se a oferta de divisas, por essa razão, vê-se limitada, o mesmo não

acontece com a procura, que é particularmente intensa nas etapas iniciais do processo de desenvolvimento econômico. Cria-se, assim, um descompasso na evolução dessas duas forças, com resultados negativos, que se expressam na forma de inflação, limitação de importações essenciais etc.

Ainda que formas especiais de auxílios e empréstimos internacionais sejam concedidas a êsses países para que possam superar a inflexibilidade do comércio exterior, é necessário que ganhem um novo ponto de apoio: um ponto mais dinâmico, que seja capaz de deslocar-se à medida que a economia adquira uma estrutura mais poderosa e que, por isso mesmo, exija uma atividade ainda mais intensa.

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO INTERNO

É nesse momento que o mercado interno passa a ter papel fundamental porque, ao contrário do que ocorre com o mercado exterior, a capacidade de compra nativa deriva, quase exclusivamente, da atividade econômica que se exerce no próprio país. Dessa forma, na medida em que a produção interna se vai ampliando, o mercado interno ganha maiores dimensões e, assim, constitui-se em bases mais atraentes para que a atividade econômica continue a se exercer. (1) Naturalmente, a vigorar um regime cambial e tarifário que permita ao produto estrangeiro entrar no país em condições vantajosas, essa capacidade de compra poderá beneficiar a atividade econômica dos países que exportam tais produtos. De outra parte, se a regulamentação sobre a remessa dos ganhos do capital alienígena para os países de origem for também liberal, parte da atividade econômica exercida internamente não beneficiará o mercado nativo.

(1) Essa relação entre produção e capacidade de compra do mercado foi chamada, por Myrdal, de "processo acumulativo". O economista e sociólogo sueco procurava demonstrar que o "ciclo vicioso da pobreza" a que se referia anteriormente Ragnar Nurkse não traduzia uma situação real, pois os países subdesenvolvidos se encontram sempre num processo acumulativo que poderá ser positivo ou negativo. Vide Gunnar Myrdal, *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*, publicação do ISEB, Rio de Janeiro, 1960, págs. 26 e seguintes.

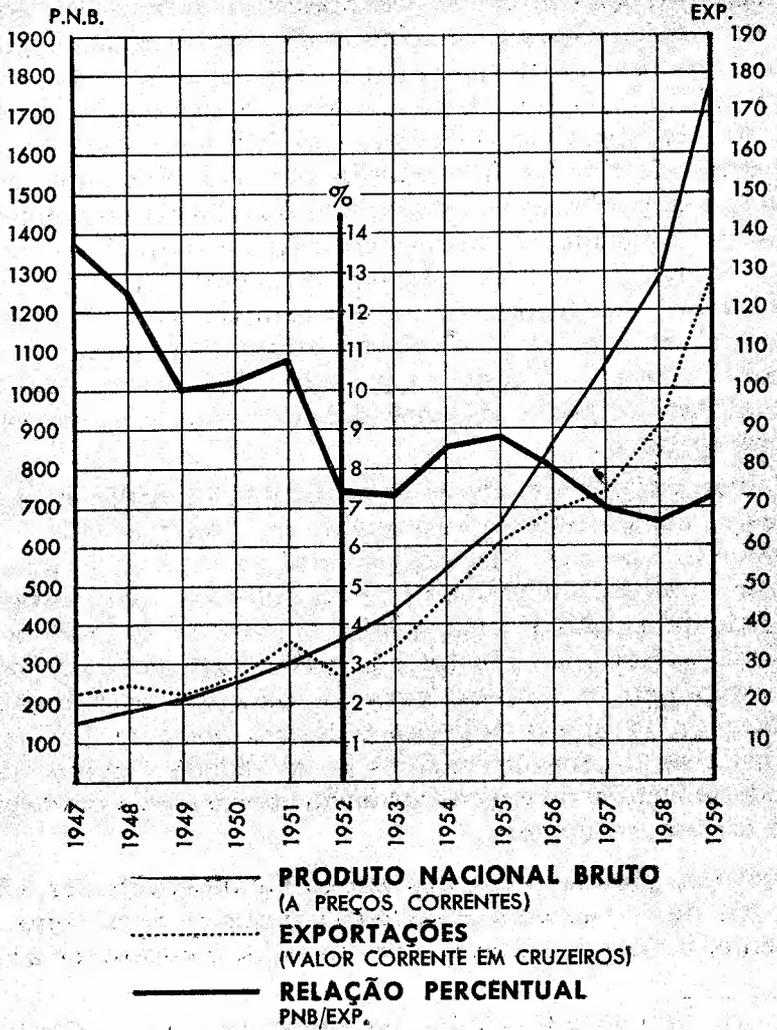
Muitos países desenvolvidos e outros em fase avançada de desenvolvimento, a partir de determinado momento, passaram a ter parcelas cada vez mais substanciais de sua renda geradas por atividades que visavam o mercado interno, enquanto que a contribuição da renda *diretamente* resultante das exportações foi-se tornando percentualmente decrescente. (2) É claro que, apesar de percentualmente decrescente, o *quantum* oriundo do exterior assume grande importância estratégica para a produção nacional, pois, iniciado o esforço de desenvolvimento econômico, as importações vão cedendo lugar a matérias-primas, equipamentos destinados à produção etc. No cômputo geral da renda, porém, as atividades relacionadas com o mercado nativo vão ganhando maior expressão percentual, ao passo que aquelas que dizem respeito ao mercado exterior vão perdendo substância, em termos comparativos. No Gráfico n.º 1, onde se vê a relação exportações/produto nacional bruto do Brasil no período 1947/1959, pode-se constatar a queda relativa das exportações brasileiras nesse período.

Talvez a maior virtude do mercado interno resida no fato de que ele permite o aparecimento da indústria nativa. É evidente que sua existência somente não seria condição suficiente para o nascimento dessa indústria. Na eventualidade da adoção de uma política exterior baseada no *laissez-faire*, esse mercado interno transferiria seu poder de compra para o exterior, para as indústrias estrangeiras, portanto, já que a nascente indústria nacional, por não possuir os padrões necessários de qualidade e preço, não poderia instalar-se em concorrência aberta com a produção de origem estrangeira.

Contudo, grande parte dos países subdesenvolvidos não dispõe de divisas com abundância, o que os leva, normalmente, a adotar práticas protecionistas, consubstanciadas

(2) É o caso dos Estados Unidos, por exemplo, em que a soma de importações e exportações baixou de 20,8% da renda nacional em 1880 para 8,0% em 1950. Vide W. S. Woytinsky e E. S. Woytinsky, *World Commerce and Governments: Trends and Outlook*, the Twentieth Century Fund, New York, 1955, pág. 62.

GRÁFICO N. 1
PRODUTO NACIONAL BRUTO,
EXPORTAÇÕES EM VALORES CORRENTES
E RELAÇÃO PERCENTUAL ENTRE ÊLES



em política cambial e tarifária seletiva. Estabelecida a barreira de proteção ao longo das fronteiras, a industrialização encontra no mercado interno o necessário ponto de apoio para que possa evoluir, pois, como ressaltamos, os países que iniciam seu desenvolvimento industrial não podem concorrer com a produção alienígena nos mercados internacionais.

Podendo dispor desse mercado, a industrialização tem assegurada a sua evolução. Esta constitui a viga-mestra para o desenvolvimento econômico dos países pobres, pois, se bem que haja alguns exemplos de países que lograram vencer o subdesenvolvimento através do setor primário, na época atual dificilmente os países pobres alcançarão a melhoria da sua condição econômica, a não ser pelo desenvolvimento de suas indústrias.

ECONOMIAS REFLEXAS E ISOLADAS

Outro problema bastante importante relacionado com a evolução do mercado interno diz respeito à facilidade com que os países subdesenvolvidos “importam” as evoluções cíclicas internacionais. Na medida em que os países compradores atravessam fases de depressão ou de expansão, eles passam a refletir tais evoluções, o que representa ter seus níveis de emprego e de renda ditados pelas condições vigentes na vida econômica de seus clientes.

Quando o eixo da atividade econômica vai-se voltando para o mercado interno, as flutuações da conjuntura internacional passam a afetar comparativamente menos a economia interna. Isso não quer dizer que os países subdesenvolvidos se livrem de flutuações, porque ao mesmo tempo que se vão tornando menos afetados pelos ciclos de negócios internacionais, vão também ampliando sua própria capacidade de gerar crises.

A diferença entre os dois tipos de flutuações está em que sobre as primeiras — as internacionais — o país praticamente não tem gerência, ao passo que nas segundas a sua possibilidade de ação é muito mais ampla, pois terá à sua

disposição tôda a política fiscal e monetária. A diferença entre os dois tipos de flutuações está, portanto, na amplitude da ação do govêrno para enfrentá-las, a qual, indiscutivelmente, é muito maior nas oscilações do mercado interno que naquelas do mercado exterior.

Por outro lado, em muitos países subdesenvolvidos que dependem altamente do mercado externo, os setores ligados a êsse mercado constituem verdadeiros núcleos isolados do restante do país, estando suas atividades voltadas para o exterior, praticamente sem vínculos com os setores internos. Êste é o tipo de economia que caracterizou a fase colonial brasileira em que predominou o açúcar (3) e que tem sido bastante comum nos países latino-americanos.

Neste caso, a falta de ligação entre os diversos setores internos impossibilita o crescimento harmônico, pois ao lado de núcleos altamente desenvolvidos, encontram-se áreas econômicas desvinculadas dos centros maiores, que deixam de beneficiar-se das melhores condições vigentes nestes últimos. (4)

Com a ampliação do mercado interno, os núcleos desenvolvidos tendem a estreitar suas ligações, absorvendo paulatinamente as áreas econômicas marginais e permitindo uma atividade interior mais acentuada e integrada.

(3) Segundo Caio Prado Júnior, "a orientação da economia brasileira, orientada em produções regionais que se voltavam para o exterior, impedira a efetiva organização do país e o estabelecimento de uma estreita rêde de comunicações, que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis. Os poucos milhões de habitantes espalhavam-se ao longo de um litoral de quase 6.000 quilômetros de extensão e sôbre uma área superior a 8 milhões de quilômetros quadrados, agrupando-se por isso em pequenos núcleos largamente apartados uns dos outros, e sem contactos apreciáveis." Vide Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, Editôra Brasiliense, 6.ª edição, 1961, pág. 264.

(4) No caso brasileiro, por exemplo, a expansão do mercado interno experimentada na zona centro-sul criou condições para a articulação desse mercado, primeiro com a região sul-riograndense, depois com o nordeste e norte do país. Vide Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Editôra Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1.ª edição, 1959, pág. 273.

EVOLUÇÃO DO MERCADO INTERNO BRASILEIRO

A primeira manifestação expressiva do mercado interno brasileiro ficará clara se estabelecermos uma comparação entre os ciclos do açúcar e do café, nos moldes da análise efetuada por Celso Furtado. (5) Indiscutivelmente êsses foram os ciclos econômicos mais significativos para a economia brasileira, não somente pela renda que foram capazes de gerar, mas também por sua contribuição para a fixação de tipos de cultura nas regiões nordeste e centro-sul.

Todavia, nas características dêsses dois ciclos constatam-se algumas diferenças fundamentais. Uma delas, por exemplo, diz respeito à natureza da mão-de-obra. Enquanto a atividade cafeeira viveu seu apogeu baseada na mão-de-obra assalariada, a indústria do açúcar baseou-se no trabalho escravo.

Em consequência, durante o ciclo do açúcar, a parte da renda auferida nessa atividade que permanecia no país (parte dela parece ter ficado no exterior, talvez em mãos dos distribuidores, que eram também financiadores) concentrava-se nas mãos do proprietário do engenho. O trabalho — baseado na mão-de-obra escrava — era pago em espécie. A renda assim concentrada tinha normalmente duas destinações: a primeira traduzia-se em investimentos de capital, daí ter sido essa economia particularmente favorável à capitalização; (6) a segunda era utilizada para a aquisição de bens de consumo no exterior. A falta de remuneração da mão-de-obra impossibilitava a formação de um mercado interno, já que a população obreira não dispunha de poder de compra. As ligações econômicas faziam-se com o Exterior, na forma de pagamentos e recebimentos. Cada engenho constituía um centro isolado,

(5) Vide Celso Furtado, *op. cit.*, págs. 179 e seguintes.

(6) Segundo C. Furtado, que baseou sua estimativa nas pesquisas de Roberto Simonsem, já ao final do século XVI o montante do capital investido em engenhos (capital fixo) girava ao redor de 1.800.000 libras esterlinas. A êsse montante somavam-se 375.000 libras investidas em escravos e outras 75.000 em animais de tração. *Op. cit.*, pág. 57.

com ligações econômicas mantidas com o Exterior, mas sem contacto maior com o próprio País.

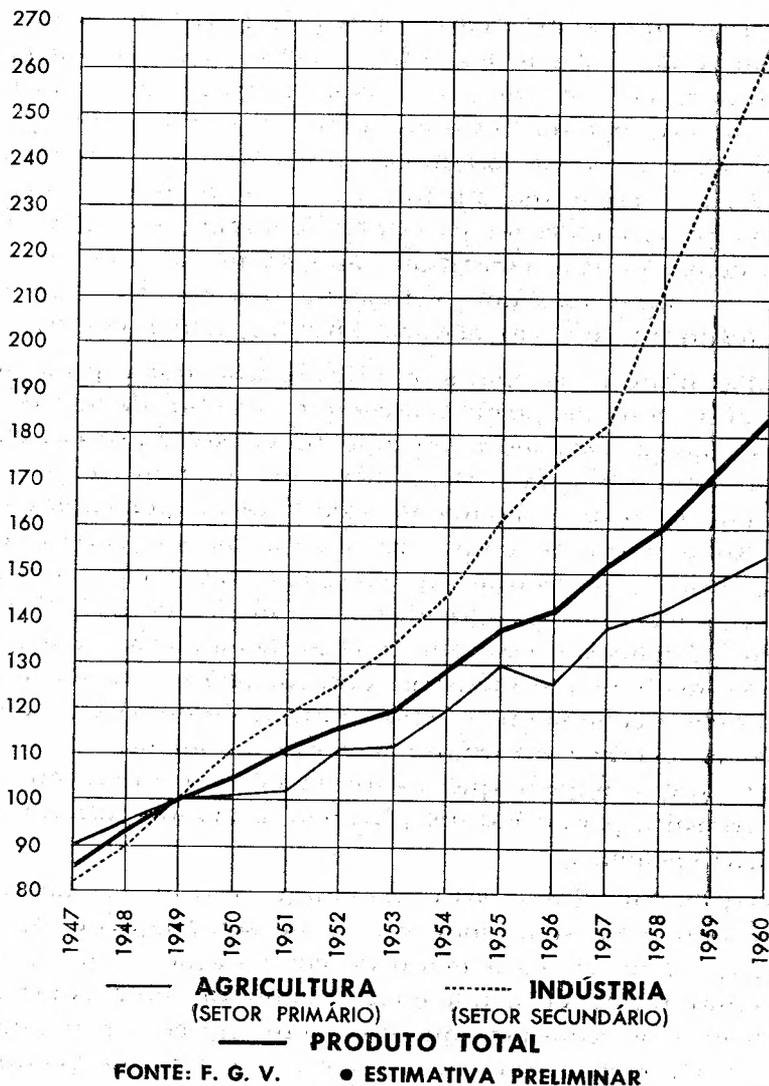
Já com o ciclo cafeeiro a situação era bem diferente. A atividade ligada a êsse produto só ganhou expressão no fim do século passado, ocasião em que se abolia a escravidão e a mão-de-obra assalariada, representada principalmente pelo emigrante europeu, substituía a mão-de-obra escrava. Êsses emigrantes, que passaram a entrar no Brasil em grandes quantidades nos dois últimos decênios do século XVIII (7) tinham seu trabalho regulado por um contrato, o qual lhes assegurava um rendimento monetário fixo. (8) A renda gerada pela atividade, que, no primeiro caso, se concentrava nas mãos do senhor de engenho, passava agora a ser distribuída entre o fazendeiro e o trabalhador agrícola.

A renda do proprietário da fazenda encontrou uma destinação que não diferiu muito da que lhe imprimia o dono do engenho: foi utilizada parcialmente para a aquisição de bens de consumo no Exterior e para a inversão em bens de capital (aquisição de casas para colonos, implementos agrícolas etc.) Os rendimentos do trabalhador rural, contudo, foram em grande parte utilizados no próprio País, constituindo, indiscutivelmente, o primeiro acontecimento significativo para a formação do mercado interno brasileiro.

(7) Nos últimos 25 anos do século passado, somente o Estado de São Paulo recebeu 800 mil emigrantes europeus. Para que se tenha idéia do significado dêsse algarismo, convém lembrar que, por ocasião da abolição da escravatura, girava em tórno de 100 mil o número de escravos utilizados no setor cafeeiro.

(8) Segundo Augusto Ramos, o trabalho do emigrante europeu empregado nas fazendas de café em São Paulo regia-se por um contrato de trabalho denominado "colonato", segundo o qual a remuneração dêsse trabalhador era fixada em função das diversas operações necessárias à cultura do café. Daí serem fixas as remunerações do colono. Augusto Ramos, *A Intervenção do Estado na Lavoura Cafeeira*, Edição Dep. Nacional do Café, Rio de Janeiro, 1934, pág. 506, citado em Antônio Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*, Ed. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1959.

GRÁFICO N. 2
ÍNDICES DO PRODUTO REAL TOTAL,
AGRICULTURA E INDÚSTRIA 1947/1960



POLÍTICA DE DEFESA E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

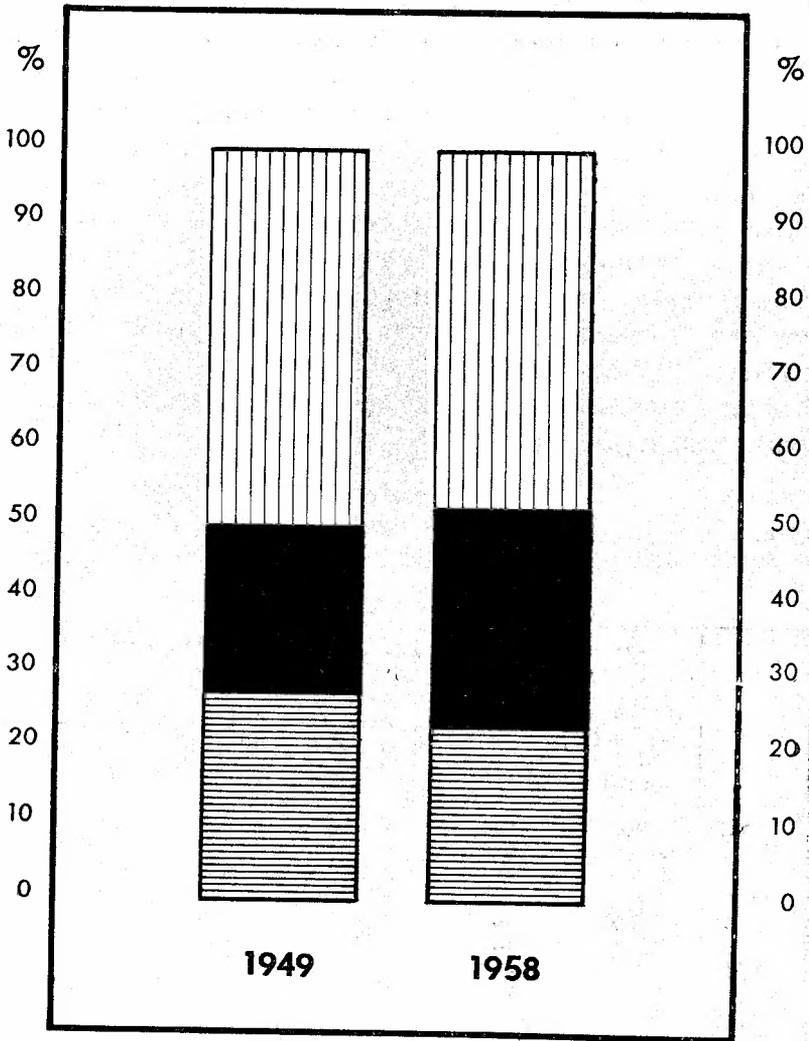
O segundo fato significativo para a formação desse mercado está ainda ligado à cultura cafeeira: trata-se da política de defesa desse produto implementada pelo governo. Consistiu tal política na compra pelo governo — com o objetivo de controlar a oferta — dos estoques de café não colocados no mercado internacional, através de financiamento estrangeiro, posteriormente amortizado pela própria exportação do produto. Dessa forma, a produção brasileira não sofreu interrupção, preservando-se o nível do emprêgo e da renda do setor. Essa atuação do governo em defesa do café constituiu não somente uma defesa da sua produção, mas uma verdadeira preservação de nosso mercado interno que, naquela altura, ganhava corpo.

Já nas últimas décadas, a industrialização, que a princípio encontrara no incipiente mercado interno brasileiro o ponto de apoio para seu aparecimento, constituiu-se em elemento intensificador desse mercado. Indiscutivelmente, grande parte do crescimento que a renda *per capita* no Brasil tem experimentado se deve ao nosso processo de industrialização, porque na indústria o trabalho do homem produz mais que na agricultura, em média, de 2. 1/2 a 3 vezes. Ademais, é esse um processo acumulativo, em que o desenvolvimento industrial cria condições para seu próprio desenvolvimento ulterior, já que, desde 1949, nosso sistema cambial e tarifário tem sido altamente protecionista, o que impede que a capacidade de compra interna se transfira para o Exterior, ficando reservada para a produção nacional.

O Gráfico n.º 2 demonstra a evolução dos índices de produção real no setor industrial e no setor agrícola, mostrando também, para efeito de comparação, o índice do produto total. Vê-se que o crescimento do setor industrial é bem mais acentuado que o do setor agrícola, ganhando, cada vez mais, expressão percentual no total do produto interno, como demonstra o Gráfico n.º 3.

O crescimento da população constituiu outro fator positivo para o crescimento de nosso mercado interno. Trata-

GRAFICO N. 3
PRODUTO INTERNO SEGUNDO SETORES
DE ORIGEM AOS PREÇOS DE 1949



AGRICULTURA



INDÚSTRIA



SERVIÇOS

FONTE: REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA
MARÇO DE 1960 — N. 1 — PAG. 5

-se de assunto complexo, porque, para afirmar-se que o crescimento da população redundava em acréscimo na capacidade do mercado interno, seria necessário que se efetuasse uma análise demonstrativa dos setores que absorvem os aumentos populacionais. Ainda assim, cremos poder afirmar que os aumentos de população verificados no Brasil têm-se refletido favoravelmente na ampliação de nosso mercado interno porque sabemos que, de maneira geral, as migrações do setor primário para o setor secundário (indústria) continuam processando-se em índice elevado e porque os aumentos verificados na renda *per capita* têm sido superiores àqueles apresentados pelo crescimento demográfico. No Quadro n.º 1 pode-se verificar o crescimento da população e do produto interno bruto total e *per capita*.

QUADRO N.º 1: POPULAÇÃO, PRODUTO INTERNO BRUTO, E PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA* EM TERMOS REAIS

	Produto Interno Bruto		População Estimada 1.000 habitantes	Produto Interno "Per Capita"	
	A Preços de 1949 (bilhões de Cr\$)	Índice do Produto Real 1949 = 100		A Preços de 1949 Cr\$ 1.000,	Índice do P. I. "Per Capita" 1949 = 100
1947	186,4	86,5	48,536	3,8	89,8
1948	204,1	94,7	48,992	4,2	97,5
1949	215,5	100,0	50,462	4,3	100,0
1950	226,3	105,0	51,976	4,4	101,9
1951	237,9	110,4	53,535	4,4	104,0
1952	251,3	116,6	55,141	4,6	106,7
1953	259,2	120,3	56,795	4,6	106,8
1954	279,3	129,6	58,499	4,8	111,8
1955	298,3	138,4	60,254	4,9	115,9
1956	303,9	141,0	62,062	4,9	114,6
1957	324,8	150,7	63,929	5,1	118,9
1958	346,3	160,7	65,842	5,3	123,1
* 1959	371,7	172,5	67,817	5,5	128,3
* 1960	395,2	183,5	69,852	5,7	132,4

* Dados estimados

* Fonte dos dados: Instituto Brasileiro de Economia, F. G. V.

A RENDA PROVENIENTE DO EXTERIOR

Nas últimas décadas, o Brasil conseguiu, em diversas ocasiões, sensíveis contribuições para o aumento da renda interna, devido ao comportamento dos nossos produtos no mercado internacional. O café, por exemplo, experimentou diversos aumentos nos preços externos, particularmente a partir de 1948. É bem verdade que a relativa diminuição ocorrida nas quantidades exportadas contribuiu para a anulação parcial dos benefícios advindos da melhora dos preços. De qualquer forma, o setor exportador beneficiou-se de maneira geral da melhor cotação do produto.

Essa maior remuneração ao setor, que constituiu uma contribuição direta para a ampliação do mercado interno — já que aumentava a capacidade de compra dos exportadores — gerou também outros benefícios indiretos para esse mercado, pois, como frisamos anteriormente, o sistema cambial seletivo impedia que esse acréscimo de renda se transferisse para o Exterior. Permanecendo no País, êle alimentava a atividade interna através de um processo multiplicador, ainda que apresentasse efeitos inflacionários, porque a capacidade de produção nativa era incapaz de crescer no mesmo ritmo em que crescia o poder de compra.

Nos últimos anos, todavia, os preços das nossas exportações têm evoluído desfavoravelmente, particularmente o do café. Em 1960, por exemplo, a cotação média do tipo 4 alcançou apenas US\$ cents 36,69 por libra-pêso, o que nos permitiu obter uma receita total de apenas 713 milhões de dólares para 16.819.000 sacas, correspondendo a US \$ 423,92 por saca.

Comparando-se êsses algarismos com aquêles relativos à média dos sete anos compreendidos no período de 1951/1957 (US \$ cents 59.11 por libra-pêso, com a receita total média de US \$ 980,00 e US \$ 662.871 por saca), podemos constatar a acentuada perda de valor do nosso principal produto no mercado internacional.

É verdade que o período utilizado como base incluiu o ano de 1954, que obteve cotações excepcionais. Mesmo que se eliminasse esse ano, no entanto, a diferença entre o período base e 1960 continuaria acentuada. Se tivermos em mente que o aumento de produção continua a se processar em praticamente todos os países fornecedores e que a procura não dá mostras de qualquer melhora sensível para os próximos anos, podemos concluir, sem muito esforço, que a possibilidade de os preços reagirem nos próximos anos é muito remota.

Concluindo, cremos poder afirmar que o comércio exterior, que em outras épocas permitiu sensíveis melhoras na renda interna, não apresenta sinais de poder continuar a fazê-lo, já que, no que respeita aos nossos principais produtos, a possibilidade de aumentar as quantidades exportadas é muito pequena e as perspectivas de preço também não são favoráveis.

CONCLUSÕES

As economias subdesenvolvidas de estrutura capitalista necessitam de força propulsora para iniciar e acelerar a atividade econômica. Por serem economias em que a empresa privada é o principal agente produtor, o mercado, seja o nativo ou o alienígena, tem nelas um papel fundamental. (9)

No Brasil, encontramos-nos na fase em que o incentivo maior para a produção nacional é constituído pelo mercado interno. Vendedores de produtos de limitada aceitação nos mercados exteriores, não nos é dado esperar que nossa atividade econômica seja alimentada pelo mercado internacional, além do ponto permitido pela baixa elasticidade da procura de nossos produtos. Para que nossa atividade produtiva continue evoluindo, é necessário

(9) Para uma análise das relações existentes entre o investimento e os limites do mercado vide Ragnar Nurkse, *Problemas da Formação de Capitais nos Países Subdesenvolvidos*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1957, pág. 9.

que haja uma outra base, muito mais dinâmica, aquela que é fornecida pelo mercado interno, por estar identificado com o próprio sistema produtivo brasileiro. Assim, enquanto o mercado interno vai ganhando expressão percentual cada vez mais substancial na produção nacional, o mercado externo vai perdendo conteúdo, ainda que se amplie sua importância estratégica.

O fato de nosso mercado interno fornecer o necessário incentivo para que a atividade privada continue na marcha ascendente não resolve, no entanto, todos os problemas. O complexo "mercado interno-produção" encontrará sérias dificuldades para seu desenvolvimento, caso não haja a ação paralela do governo, com o objetivo de eliminar as influências apresentadas pela estrutura produtiva à medida que se processa o desenvolvimento econômico. Se o governo não cuidar do problema da indústria siderúrgica, por exemplo, toda a indústria privada de produtos que pressupõe laminados estará comprometida.

Dissemos que o mercado interno tende a absorver as áreas econômicas periféricas, reduzindo a grande quantidade de mercados isolados. Todavia, a falta de ação decisiva do governo no sentido de melhorar os transportes e as comunicações poderá redundar na impossibilidade de integração dos mercados, pois não é suficiente que os grandes centros produtores do País estejam capacitados a suprir os mercados ilhados e que êsses tenham capacidade de compra apta a ser exercitada; é necessário também que as ligações sejam favorecidas pela ação disciplinadora do governo.

Poderíamos enunciar aqui algumas dezenas de problemas que se colocam à medida que se processa o desenvolvimento econômico. O que se quer, entretanto, é apenas registrar a existência dêsses "pontos de estrangulamento" que emperrarão a estrutura produtiva, a menos que a ação de estado, consubstanciada no planejamento econômico do processo de desenvolvimento, se apresente clara e segura, propiciando condições para que o país possa usufruir ao máximo de sua limitada capacidade de produção.

Por outro lado, não se deve imaginar que a solução para o problema do subdesenvolvimento econômico será encontrada somente pela ação do governo e pela iniciativa privada, quando acionada pelas forças do mercado. É preciso não esquecer que a capacidade do mercado resulta do poder de produção da sua população e da distribuição que a economia dá à renda gerada. Numa economia em expansão, a atividade privada freqüentemente dispõe de condições monopolísticas que lhe asseguram uma situação privilegiada. Algumas vezes é a política tarifária que lhe assegura essa situação. Outras ocasiões é a própria procura, particularmente de produtos industrializados, que se diversifica com maior rapidez que a oferta, permitindo a esta — que é relativamente escassa — posição vantajosa.

As empresas que, por qualquer razão, se encontrem operando sob essas condições, não se devem restringir a usufruir delas, simplesmente porque “os lucros são obtidos de qualquer forma”. É preciso que se empenhem na melhoria de seus índices de produtividade, pois êstes representam, em última análise, a medida da eficiência da estrutura de produção. Finalmente, é preciso que não se esqueçam que, assim como os lucros são fundamentais para o processo de capitalização (quando são transformados em investimentos), a distribuição da renda na forma de ganhos justos pela participação do trabalho na atividade produtiva, além de ser fundamental para o próprio mercado, porque representa capacidade de compra, é, também, uma questão de justiça social.